

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.903 - RJ (2019/0189802-9)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : I R B (MENOR)
REPR. POR : D R S R
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : MUNICIPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
PROCURADOR : DENIZE DA CUNHA RANGEL SOUZA E SILVA E OUTRO(S) - RJ093920

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MATRÍCULA EM CRECHE OU PRÉ-ESCOLA. INSTITUIÇÃO PRÓXIMA À RESIDÊNCIA DO MENOR. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO NOS DISPOSITIVOS INDICADOS. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO ESTRITAMENTE CONSTITUCIONAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 121):

DIREITO CONSTITUCIONAL.

Matrícula de criança em creche próxima à sua residência. Procedência do pedido. Recurso. Confirmação da sentença. Não evidenciada violação ao princípio da separação dos poderes. Direito garantido pela CRFB. Direito social de segunda geração. Dever de prestação positiva. É dever do Município atuar na Educação Infantil.

Sentença merece pequena ressalva. Matrícula a ser feita, preferencialmente, em creche próxima à residência da apelada. E não, lá, obrigatoriamente.

Imposição de ônus sucumbencial. Consectário lógico da procedência do pedido. Condenação fixada em R\$ 440,00. Valor que, com a devida vênia, soa exacerbado. Redução para R\$ 150,00, por mais razoável. Provimento parcial do recurso.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação do artigo 535, I e II, do CPC/1973, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de ponto importante ao deslinde da controvérsia, qual seja: não aplicação ao caso concreto do disposto nos artigos 85, § 8º, do CPC/2015, 1º, 3º, 4º, 5º, 53, I e V, 54, IV, § 1º, § 2º e § 3º, 208, I, II, III, da Lei n. 8.069/1990, 4º, IV, 11, V, 18, I, II, III, e 29 da Lei n. 9.394/1996.

Quanto a questão de fundo, sustenta ofensa aos artigos 85, § 8º, do CPC/2015, 1º, 3º, 4º, 5º, 53, I e V, 54, IV, § 1º, § 2º e § 3º, 208, I, II, III, da Lei n. 8.069/1990, 4º, IV, 11, V, 18, I, II, III, e 29 da Lei n. 9.394/1996, ao argumento de que deve ser garantida matrícula em instituição de ensino que seja, necessariamente, a mais próxima de sua residência.

Com contrarrazões às fls. 268/279.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 297/298.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Passo a decidir.

De início, não se conhece da suposta afronta ao artigo 1.022 do CPC/2015, pois o recorrente se limitou a afirmar de forma genérica a ofensa ao referido normativo, por omissão quanto aos citados dispositivos, sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em sede de embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

Não é possível conhecer do recurso especial que apresenta suposta violação dos artigos 85, § 8º, do CPC/2015, 1º, 3º, 4º, 5º, 53, I e V, 54, IV, § 1º, § 2º e § 3º, 208, I, II, III, da Lei n. 8.069/1990, 4º, IV, 11, V, 18, I, II, III, e 29 da Lei n. 9.394/1996, pois os dispositivos indicados como malferidos não contêm comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido.

Ademais, a controvérsia relativa ao direito de matrícula em creche ou pré-escola foi dirimida com fundamento constitucional, especificamente com base em jurisprudência do STF, de modo que o recurso especial se apresenta inviável, sob pena de se usurpar a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator